



INVESTIGAÇÃO

Novo imbróglio envolve produtora de *Dark Horse*

Sócio de uma empresa contratada por instituto presidido por Karina Gama, responsável pelo filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, é apontado pelo Ministério Público de São Paulo como integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC)

» IAGO MAC CORD
» RENATO SOUZA

O empresário Alex Leandro Bispo dos Santos, conhecido como “Escorpião do PCC” — apontado pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) como integrante da facção criminosa —, é sócio da empresa subcontratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB) para um projeto de instalação de Wi-Fi na periferia de São Paulo. O ICB é presidido por Karina Ferreira da Gama, que também é sócia da Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme *Dark Horse*, sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

As investigações conduzidas pela Polícia Civil paulista sobre o contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto apontam para um esquema de superfaturamento que chega a 230%. O acordo principal, orçado originalmente em R\$ 108 milhões — com apurações indicando que as cifras totais podem atingir R\$ 157 milhões —, previa a instalação de 5 mil pontos de internet sem fio (Wi-Fi) na capital paulista.

No entanto, a auditoria identificou uma discrepância severa nos valores: enquanto a estatal Prodam cobrava R\$ 306 mensais por ponto de conexão, o ICB recebia uma taxa fixa de R\$ 1.800 pelo mesmo serviço. Além das distorções de preço, a execução do contrato apresentou graves falhas e indícios de fraude. Das 5 mil antenas contratadas, a entidade instalou apenas 3,2 mil. Em um dos episódios mais críticos detalhados pelos investigadores, o município desembolsou R\$ 2,7 milhões pela manutenção de 128 pontos de conexão, pagando por 12 meses de prestação de serviço que, na realidade, durou apenas dois meses. Segundo a polícia, o custo efetivo dessa operação deveria ter sido de somente R\$ 273 mil.

O rastreamento do dinheiro revelou ainda que R\$ 12 milhões do montante total do contrato foram repassados à empresa Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda., de propriedade de Alex Leandro. Até dezembro de 2025, a empresa já havia recebido mais de R\$ 3,8 milhões desse

Reprodução/Instagram/@katiane.gomes14



Alex Leandro está preso, acusado do assassinato de Maria Katiane Gomes (E)

» Bolsonaro: picos de pressão alta

O ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou picos de pressão alta moderados ao longo da semana, segundo boletim médico enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os picos foram controlados com doses extras da medicação em uso. O relatório informa ainda que o tratamento para os episódios recorrentes e prolongados de soluço foi mantido no limite de segurança, sem alterações na prescrição. Os médicos observaram efeitos colaterais da medicação: sonolência diurna e instabilidade no equilíbrio corporal. Os pulmões do ex-presidente ainda mostram sequela da pneumonia que o ex-presidente contraiu em março deste ano. Bolsonaro, de 71 anos, está em acompanhamento médico domiciliar. O boletim é o mais recente de uma série de relatórios semanais divulgados desde que o ex-presidente passou a cumprir prisão domiciliar.

total. A principal hipótese com a qual a polícia trabalha é que parte dos recursos desviados dos cofres públicos paulistanos tenha sido direcionada para o financiamento e custeio da produção de *Dark Horse*.

Fabio Arantes/Secom/Prefeitura de São Paulo



Produtora de *Dark Horse*, Karina Gama preside o ICB, que contratou a empresa do suspeito

judiciais. Entre seus antecedentes constam três condenações por roubo e uma por extorsão mediante sequestro, crime que envolveu um sobrinho do político Eduardo Suplicy.

Devido a essas sentenças, ele cumpriu 13 anos de pena em regime fechado, período em que passou por penitenciárias de segurança máxima que abrigam a cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), como a unidade de Presidente Veneslau. A possível ligação com a organização criminosa também é reforçada por relatos de vizinhos, que gravaram um vídeo no qual Alex afirmava possuir o “escorpião do PCC”, expressão apontada pelas apurações como um provável código ou símbolo do grupo.

Atualmente, Alex Leandro cumpre prisão preventiva e é réu pelo crime de feminicídio. Ele é acusado do assassinato de sua companheira, Maria Katiane Gomes da Silva, de 25 anos. O crime ocorreu em novembro de 2025, quando a jovem morreu após cair do 10º andar de um edifício residencial no bairro Vila Andrade, na Zona Sul de São Paulo.

De acordo com as investigações, imagens capturadas pelo sistema de segurança do prédio mostram Alex Leandro agredindo e arrastando a vítima pelo pescoço momentos antes da queda que resultou na morte.

Blindagem

As apurações também revelaram indícios de manobras

administrativas para omitir a participação de Alex Leandro no negócio e blindar a empresa após o crime. Nos primeiros contratos firmados com o ICB, o suspeito assinou os documentos utilizando apenas o primeiro nome, “Alex”, omitindo seu sobrenome, número de CPF ou RG.

Posteriormente, em dezembro de 2025, logo após a repercussão da denúncia do feminicídio, a empresa Favela Conectada passou por uma reformulação: mudou sua razão social para Urban Connect e teve seu controle transferido para o nome de Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes, que, segundo as investigações, reside no mesmo endereço de Alex. As partes envolvidas não haviam se manifestado até o fechamento desta edição.

Gustavo Moreno/STF



Caso *Dark Horse* saiu da relatoria de Moraes e passou a Mendonça

Histórico criminal

Investigado no esquema de desvios, Alex Leandro possui um extenso histórico criminal que soma mais de 60 processos

Reação a Mendonça como relator

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) recorreu contra a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que redistribuiu ao ministro André Mendonça a relatoria da notícia-crime sobre valores enviados ao filme *Dark Horse*. O caso estava com o ministro Alexandre de Moraes.

A decisão de Fachin foi tomada na noite da quinta-feira. O ministro considerou que os fatos citados na notícia-crime coincidem com o objeto da investigação sobre o Banco Master, relatada por Mendonça. Isso porque o banqueiro Daniel Vercaro, dono do banco, enviou cerca de R\$ 61 milhões a um fundo nos Estados Unidos para financiar o filme inspirado na trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Lindbergh argumentou que as ações tratam de temas distintos e que a referência a Vercaro não é suficiente para tornar Mendonça “prevento” para qualquer apuração envolvendo o filme *Dark Horse*. “A conexão probatória deve ser

concreta, verificável e juridicamente relevante, não presumida a partir de aproximação temática genérica”, alegou.

O parlamentar disse ainda que deve ser avaliada uma possível conexão com o processo sobre emendas parlamentares, relatado pelo ministro Flávio Dino. Em uma das ramificações dessa ação, é apurado o envio de emendas para a produtora do filme sobre Bolsonaro.

A investigação a respeito de *Dark Horse* chegou ao gabinete de Moraes após Lindbergh pedir a ampliação do escopo do inquérito que mira o deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para abarcar a conduta de Flávio. Moraes é relator da ação contra Eduardo, que foi condenado na semana passada por coação no curso do processo e obstrução à Justiça.

O pedido de Lindbergh foi feito após o site *The Intercept Brasil* revelar que Flávio Bolsonaro pediu a Vercaro R\$ 134 milhões para

bancar o filme. A suspeita é que o dinheiro enviado tenha sido desviado para bancar a atuação do deputado cassado contra autoridades brasileiras.

Antes de decidir sobre o pedido, Moraes submeteu a questão ao presidente do STF, por envolver eventual redistribuição do caso. Fachin solicitou manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que, em parecer apresentado na segunda-feira, defendeu a redistribuição da notícia-crime a Mendonça.

Para a PGR, os fatos narrados guardam maior relação com a investigação sobre o Banco Master e Vercaro, da qual Mendonça é relator. O presidente do Supremo acolheu esse entendimento.

Na decisão, Fachin afirmou que “as circunstâncias justificam a redistribuição destes autos, por parâmetro de prevenção, ao ministro André Mendonça”. Segundo o presidente da Corte, “os episódios que são referidos nesta comunicação de crime coincidem com o

objeto de outras investigações sob a relatoria do ministro”, o que justifica a concentração da apuração no mesmo gabinete.

Coação

Na semana passada, a Primeira Turma do Supremo condenou Eduardo Bolsonaro, por unanimidade, a quatro anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, por coação no curso do processo relacionado à tentativa de golpe de Estado, caso que levou à condenação de Jair Bolsonaro a 27 anos de prisão.

Morando nos Estados Unidos desde março de 2025, o deputado cassado foi denunciado pela PGR sob a acusação de tentar coartar ministros do STF e influenciar o andamento do julgamento. Segundo a PGR, Eduardo articulou, entre autoridades americanas, medidas para pressionar integrantes da Corte enquanto o processo contra os acusados da trama golpista estava em curso.